

Humberto Baquero Moreno

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Os Portugueses na Catalunha no reinado de Pedro o Condestável

Resumo

A presença de portugueses na Catalunha durante o breve reinado do Condestável D. Pedro constituiu um apoio indefectível a favor de uma causa controversa, cujos contornos se apresentam muitas vezes nebulosos num cenário profundamente dividido durante a crise que se vive no reino de Aragão. O estudo destas figuras e do seu papel histórico continua a ser um tema, que não obstante as contribuições dadas por importantes historiadores ser merecedor de atenta reflexão.

Abstract

The Portuguese presence in Catalonia during the short reign of King D. Pedro expressed unquestionable support for a controversial cause, whose contours are often ambiguous, in a society that is deeply divided during the crisis experienced in the Kingdom of Aragon. Therefore, and despite previous contributions from many distinguished historians, a careful study of these figures and their historical role during the crisis still proves highly relevant.

Um reputado historiador catalão Jesus Ernesto Martinez Ferrando foi autor de dois importantes estudos, nos quais procede à identificação de alguns nobres portugueses que se destacaram durante o curto reinado que o Condestável D. Pedro exerceu no reino da Catalunha. Este governo ocorre com a chegada deste monarca ao seu destino em 21 de Janeiro de 1464. Viria a terminar com o seu falecimento em Granollers, no palácio de João de Montbuy, em 29 de Junho de 1466, dia do seu santo onomástico¹.

Martinez Ferrando concentrou a sua atenção, ao identificar as personagens portuguesas, naqueles que tiveram um papel de maior destaque. Deu particular

¹ *Caballeros portugueses en el Alzamiento de la Generalidad catalana contra Juan II in «Hispania», tomo XII, nº XLVI, Madrid, 1952, pp. 37-130 e Nuevas noticias acerca del gobierno de Don Pedro de Portugal en Cataluña (siglo XV), in «Congreso do Mundo Português», tomo II, Lisboa, 1940, pp. 69-84.*

relevo a *D. João de Avranches*, filho de D. Álvaro Vasques de Almada, intrépido cavaleiro falecido em combate ao lado do infante D. Pedro, pai do Condestável, na batalha de Alfarrobeira².

Uma rectificação cumpre efectuar. Contrariamente ao que supunha o mencionado autor D. João de Avranches não sucedeu a seu pai no título de conde de Avranches³. Este foi transmitido a seu irmão mais novo D. Fernando de Almada⁴.

Igual destaque é concedido aos irmãos *D. Pedro de Eça*, *D. Dinis de Eça* e *D. João de Eça*, netos do infante D. João e bisnetos do rei D. Pedro I e de D. Inês de Castro. Supunha o historiador catalão que todos eles eram incondicionais do regente D. Pedro, morto em Alfarrobeira. Conforme pude demonstrar nenhum deles, nem seu pai D. Fernando de Eça, estiveram alguma vez ligados ao malogrado amigo de D. Álvaro de Luna. Nem mesmo nos consta nenhuma relação estreita com o Condestável D. Pedro. A presença desses três irmãos na Catalunha talvez tenha a ver com alguma relação havida entre eles no reino de Castela. Cabe lembrar que o seu exílio remonta à crise de 1383. Muitos aspectos obscuros da sua estada em terras castelhanas obrigam necessariamente a uma investigação cuidadosa⁵.

Mereceram particular atenção do historiador catalão Martínez Ferrando, os filhos do vedor da fazenda Aires Gomes da Silva. Tal como seu pai, *Fernão Teles de Meneses e João da Silva*, mostram-se indefectíveis partidários do regente D. Pedro. Na sequência da derrota de Alfarrobeira seguem no seu exílio castelhano a D. Pedro.

Em traços gerais referiremos o que segue de *Fernão Teles de Meneses*, o segundogénito do vedor do reino e de D. Beatriz de Meneses. Apenas com dezassete anos sofreu a amargura do desfecho dos acontecimentos. Após Alfarrobeira viu-se privado de herdar a ermida de São Marcos, em Tentugal, que pertencera a seu pai, a qual lhe foi confiscada. Esta situação modificou-se quando em 22 de Abril de 1451 obteve do rei D. Afonso V uma carta de perdão. Novas doações o vieram a contemplar, o que significa que foi reabilitado pelo monarca. A rainha D. Isabel nomeou-o alcaide do castelo de Sintra⁶.

No decurso do ano de 1464 partiu para Castela determinado pelo propósito de recrutar gente de armas para o exército do Condestável. Aparece-nos desig-

² Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp. 999-1007.

³ Jesus Ernesto Martínez Ferrando, *Caballeros portugueses...*, p. 50. Luís Adão da Fonseca na sua lista nominativa publicada em *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, 1982, não menciona este fidalgo.

⁴ *Livro de Linhagens do Século XVI*, Lisboa, 1956, pp. 348-349.

⁵ Jesus Ernesto Martínez Ferrando, *ob. cit.*, p. 61. Não aparecem mencionados no elenco nominativo da obra de Luís Fonseca.

⁶ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira...*, pp. 1047-1050.

nado pelo apelativo de Fernão da Silva, o que ocorre em toda a documentação a seu respeito que se encontra no Arquivo da Coroa de Aragão. Um alvará régio de 23 de Maio de 1464 autoriza-o a recrutar trezentos homens de armas. A sua chegada a Tortosa no comando de quinhentos cavaleiros foi dada a conhecer ao Condestável D. Pedro, em 11 de Julho desse ano, quando entre as fileiras desse monarca reinava um grande desânimo pela capitulação de Lérida. Este fidalgo apenas comandou tropas portuguesas e castelhanas em todos os combates que travou nas regiões montanhosas de Barcelona e Gerona. A presença de Fernão da Silva em terras catalãs gerou um acentuado clima de conflitualidade com a Generalidade. Uma das razões do diferendo existente resulta dos bens confiscados aos Muntanyans o terem beneficiado. Mas o clímax deste mau relacionamento atinge o seu paroxismo quando ele foi nomeado capitão-geral da região pirenaica, a qual compreendia as vilas de Camprodon, S. João de Abadesas, Ripoll e os castelos de La Guardia, La Roca e Blanca. De novo se tornou a agravar a situação quando D. Pedro o nomeou, em 8 de Março de 1466, capitão geral da província do Ampurdão e do bispado de Gerona, em substituição de seu irmão D. João, que se tinha deslocado a Inglaterra, em missão diplomática. A sua incompatibilidade com a Generalidade teve como consequência que durante a doença do rei tivessem determinado o arresto de sua pessoa. É no entanto provável que a sentença não tenha vigorado. No seu testamento o rei determina que Fernão da Silva prossiga nas suas funções de capitão-geral de Ampurdão. Tal facto justifica que a Generalidade lhe tenha escrito em termos muito cativantes⁷.

Após a morte de D. Pedro este fidalgo deve ter permanecido pouco tempo na Catalunha. Tudo parece indicar que requereu a exoneração do cargo de capitão-general. O único documento que testemunha a sua presença entre nós data de 17 de Fevereiro de 1469, quando D. Afonso V lhe concede a tença anual de 20.000 reais brancos. De novo em ascensão política o rei de Portugal designa-o membro do seu conselho. Viria a notabilizar-se ao lado do monarca na conquista de Arzila em 1471. Uma outra prova do apreço régio traduz-se na sua nomeação em 28 de Janeiro de 1474 para as funções de governador da casa da infanta D. Joana, filha do monarca. A sua fidelidade ao rei aparece-nos evidenciada quando participa na batalha de Toro, que opôs D. Afonso V aos Reis Católicos⁸.

Casado com Dona Maria de Vilhena, teve de sua mulher vários descendentes. Ao todo cinco filhos. Teve no entanto um fim inglório quando em Alcácer do Sal, em 1 de Abril de 1477, foi atingido por uma pedra na cabeça, que o matou, quando tentava apaziguar os intervenientes numa refrega⁹.

⁷ Jesus Ernesto Martínez Ferrando, *Tragedia del insigne Condestable Don Pedro de Portugal*, Madrid, 1942, pp. 145 e 171.

⁸ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira...*, pp. 1051-1053.

⁹ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, livro II, Coimbra, 1927, pp. 74-75.

Seu irmão mais velho *D. João da Silva* aparece-nos igualmente prejudicado pelo desfecho de Alfarrobeira. O monarca por carta de 5 de Outubro de 1450 declara doar a sua mãe D. Beatriz de Meneses a capela de S. Marcos de Tentugal, a qual não seria transmissível a seu favor por ter participado naquela batalha. O perdão régio de 22 de Abril de 1451 viria no entanto a reabilitá-lo. Envolveu-se de imediato na defesa de Ceuta, onde o encontramos no período compreendido entre 1432 e 1458, com algumas deslocações a Portugal. Neste último ano participa numa expedição de socorro à praça de Arzila, que se encontrava cercada pelo rei de Fez. Regressado definitivamente a Portugal foi nomeado em 21 de Março de 1459 camareiro-mor do príncipe herdeiro D. João. Sua mãe que era aia deste filho de D. Afonso V, deve ter pesado nesta honrosa designação. Como corolário deste clima favorável passou a desempenhar desde 6 de Abril de 1461 as funções de alcaide-mor do castelo de Sintra, por renúncia de seu irmão Fernão Teles de Meneses. Ainda em 26 de Novembro desse ano foi contemplado com a alcaidaria do castelo de Montemor-o-Velho, que pertencia ao mestrado de Avis obediente ao Condestável D. Pedro¹⁰.

A sua fortíssima amizade ao mestre de Avis tornou-o num indefectível seguidor. Acompanhou-o nas suas digressões. D. Pedro em determinada altura definiu-o como «statui nostro ac partiae defensioni plurimum valere». Como resultado desta confiança nomeou-o em 3 de Maio de 1464 capitão da vila e do condado de Castellon de Ampurias. Tal como seu irmão teve inúmeras dificuldades com os castelães. Muito graves se volveram estas relações quando se opôs ao emissário da Generalidade Marco Calabuig de receber os impostos provenientes da comercialização do sal e da cera no condado que lhe estava confiado. Chegou a ameaçar esse representante com a pena de morte. De resto foram inúmeras as queixas que lhe foram dirigidas. Era acusado de praticar as maiores arbitrariedades. Abusivamente nomeava capitães merecedores de pouca confiança, quando na realidade essa função competia aos homens da Generalidade¹¹.

De modo a pôr termo a este ambiente de conflitualidade decidiu D. Pedro nomeá-lo para uma missão no exterior. Antes de cumprir esse mandato destacou-se na ocupação do castelo de Palau de Sa Verdura, na região do Ampurdão, de considerável importância estratégica. Com efeito, uma carta real de 6 de Fevereiro de 1466 designa-o, conjuntamente com o doutor João Andreu e o cavaleiro Bartolomeu Gari, para se deslocarem até à Inglaterra. Os navios desta embaixada deveriam fazer escala por Lisboa. João da Silva receberia de D. Beatriz, irmã de D. Pedro, a quantia de cinquenta mil reais brancos, mediante os quais poderia adquirir um bom cavalo, com o qual se apresentaria convenientemente na corte inglesa. A infanta portuguesa seria ressarcida do

¹⁰ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, pp. 1071-1073.

¹¹ Jesus Ernesto Martínez Ferrando, *Caballeros portugueses...*, pp. 83-89.

empréstimo mediante a reserva monetária que D. Pedro possuía em Florença, proveniente da herança de seu pai. O que se pretendia era negociar o casamento do rei da Catalunha com a princesa Margarida de York, o que não veio a acontecer devido à morte prematura deste monarca ocorrida em 29 de Julho¹².

Com o falecimento de D. Pedro não consta que D. João da Silva tenha voltado à Catalunha, até porque a situação não lhe era favorável. O testemunho que nos aponta no sentido da sua presença em Portugal verifica-se durante as cortes de Santarém de 1468, em que são formuladas algumas queixas contra este fidalgo¹³.

No decurso das campanhas que opuseram D. Afonso V aos Reis Católicos foi contemplado com a confiança do monarca português. Exerceu as funções de fronteiro-mor em Oguela, próximo de Campo Maior. Aquela localidade foi atacada em Junho de 1475 pela hoste do cavaleiro de Alcântara, João Fernandes Galindo, que a ocupou. O príncipe D. João com o auxílio de D. João da Silva expulsou o adversário. Em pleno campo de batalha defrontaram-se num duro duelo os dois contrincantes. Galindo morreu durante a refrega, enquanto o português não resistiu aos ferimentos contraídos, vindo a falecer alguns dias depois¹⁴.

D. João da Silva foi casado com D. Branca Coutinho, donzela da casa de D. Isabel. Deste casamento resultou numerosa prole. Ao todo três filhos e cinco filhas. Os varões foram beneficiados pelo monarca com a concessão de senhorios e alcaidarias dos castelos¹⁵.

Outro fiel companheiro de D. Pedro foi *Vasco de Oliveira*, criado e escudeiro do regente D. Pedro. A sua dedicação a este estadista conduziu-o a Alfarrobeira, vindo a ser reabilitado anos mais tarde com a concessão do perdão real em 8 de Fevereiro de 1454, graças à intercessão da rainha D. Isabel¹⁶.

No período em que foi exautorado ausentou-se em Castela, sendo acusado pelo monarca português de ter passado a fronteira levando consigo o seu cavalo e as suas armas de guerra. Além disso era portador para o Condestável D. Pedro, exilado nesse reino, de cartas de teor subversivo. O conhecimento das mesmas resultou do facto de terem sido apreendidas em Marvão, junto à raia, contendo notícias contrárias à integridade dos interesses da coroa portuguesa¹⁷.

Ao serviço do Condestável D. Pedro demorou-se em Castela apenas regressando a Portugal na altura em que o futuro rei dos catalães foi amnistiado. Este

¹² *Ob. cit.*, pp. 91-98.

¹³ Arquivos Nacionais Torre do Tombo (A.N.T.T.) *Livro 5 de Estremadura*, fols. 53v-54.

¹⁴ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 14.

¹⁵ *Livro de Linhagens do Século XV*, pp.124-125.

¹⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fol. 43.

¹⁷ *Idem, Ibidem*, livro 15, fol. 43.

evento deu-se no mês de Fevereiro de 1456, dois meses após o falecimento de sua irmã, a rainha D. Isabel, ocorrido em Évora em 2 de Dezembro de 1455¹⁸.

Seguiu o Condestável durante a sua curta permanência na Catalunha. Neste território é designado como seu escudeiro real. Uma carta de D. Pedro concedida em Barcelona, em 26 de Outubro de 1464, recompensa este seu servidor com uns moinhos localizados entre o paul da Anobra e a quinta de Arzila, que haviam sido pertença do infante D. Pedro. Por solicitação do Condestável o rei D. Afonso V, seu primo e cunhado, confirmou-lhe em 23 de Novembro de 1465 esta doação. Ao serviço do rei D. Pedro teve ainda a compensação, mediante carta de 12 de Dezembro de 1464, duma quantia de setecentos e vinte reais brancos¹⁹.

Contrariamente ao que supôs Martinez Ferrando nem sempre existe uma ligação directa entre os homens da casa do regente D. Pedro e aqueles que se incorporaram nas fileiras do Condestável, a maior parte pertencentes ao mestrado de Avis cujo titular era o filho do duque de Coimbra. Convém, contudo, assinalar alguns cavaleiros que possuem ligação ao antigo regente e que mais tarde seguiram o destino da Catalunha.

De entre os principais fidalgos destaca-se o já mencionado *João de Avranches*, filho de D. Álvaro Vasques de Almada, o qual se viu arrastado pela desdita de seu pai ao ver-se privado de seus bens, que aliás viriam depois a beneficiar seu meio irmão D. Fernando de Almada²⁰.

As vicissitudes da sua actuação na Catalunha, onde exerceu as funções de capitão, são-nos minuciosamente descritas por Martinez Ferrando. Em 5 de Setembro de 1464 foi designado governador das vilas de San Boy e de São Vicente de Horts²¹.

De retorno a Portugal o único documento que se detecta a seu respeito na chancelaria afonsina é de 19 de Novembro de 1476. Nele aparece designado como fidalgo da casa real, sendo-lhe atribuída uma tença anual de 20.000 reais brancos²².

Casou na Catalunha com a inquieta Leonor de Pallars de quem não houve descendência. Em Portugal casou em segundas núpcias com D. Mécia de Sousa, de quem teve a D. Alvaro de Avranches de Almada, que pertenceu ao conselho do rei D. Manuel e foi governador de Azamor²³.

¹⁸ Humberto Baquero Moreno, *Algumas mercês concedidas pelo condestável D. Pedro, rei da Catalunha, a súbditos portugueses*, sep. da revista de «Ciências do Homem», vol. I, Lourenço Marques, 1970, p. 12.

¹⁹ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira...*, pp. 1055-1056.

²⁰ *Livro de Linhagens do Século XV*, p. 349.

²¹ *Catálogo de la Documentacion de la Cancilleria Regia de Pedro de Portugal (1464-1466)*, vol. I, Madrid, 1953, p. 176.

²² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fol. 41.

²³ *Livro de Linhagens do Século XV*, p. 346.

Um outro importante fidalgo foi *Gil de Ataide*. Filho de Álvaro de Ataide, cavaleiro da casa do regente D. Pedro, esteve ao serviço do Condestável, a cuja casa pertencia. D. Afonso V confirmou-lhe, em 24 de Julho de 1457, a posse de uns pardieiros em Loulé localizados por detrás dumas casas pertencentes a seu pai. Esses bens tinham sido doados pelo regente ao mencionado seu pai por instrumento régio de 9 de Janeiro de 1440²⁴.

Durante a sua permanência na Catalunha viu-se empossado em 20 de Maio de 1466 nas funções de capitão-geral de Manresa, Sampedor e Sallent. Aprisionado pelas forças do rei João II de Aragão, por morte de D. Pedro foi um dos beneficiados pelo testamento régio²⁵.

Casado com Isabel Soares observa-se através da carta régia de 11 de Fevereiro de 1475, que nesse ano já era falecido. A mesma dá-nos a conhecer que em vida prestara inestimáveis serviços ao Condestável, o qual como prova de reconhecimento lhe doara o reguengo de Carnaxide no termo de Lisboa. Por sua vez D. Afonso V concedeu este reguengo a Lopo Dias de Lemos, fidalgo da sua casa, tendo indemnizado Gil de Ataide com o quantitativo de quinze mil reais brancos. Além disso prometeu-lhe que lhe devolveria aquele reguengo quando falecesse o beneficiário. Considerando, no entanto, que este fidalgo que pertencera à casa do Condestável falecera primeiro, D. Afonso V concedeu a sua viúva Isabel Soares a quantia de dez mil reais brancos, com a promessa logo que se desse a morte de Lopo Dias de Lemos, que o reguengo contemplaria o filho do casal Alvaro de Ataide²⁶.

De algum destaque entre os que acompanharam D. Pedro situa-se *Pero Vaz de Sequeira*, cavaleiro da casa do Infante D. Pedro e governador da casa do Condestável D. Pedro. Alcançou este fidalgo do rei dos catalães a quinta de Palmá no termo de Monforte. Pertencera a mesma a seu irmão mais velho Alvaro Mendes de Cerveira, que renunciara à sua posse. D. Afonso V autorizou o acto de renúncia, por carta de 11 de Fevereiro de 1462, confirmando a posse em benefício do irmão mais novo, o que implicava uma ressalva na Lei Mental²⁷.

Martinez Ferrando concede-lhe pouca importância. Contudo assinala-o entre os companheiros de D. Pedro, chegando ao ponto de ignorar a sua relação com o pai, a quem menciona em nota²⁸.

De regresso a Portugal passou a fazer parte da casa do príncipe D. João. O rei D. Afonso V, por carta de 12 de Fevereiro de 1475, doou-lhe dez mil reais brancos²⁹.

²⁴ A.N.T.T., *Livro 6 de Odiana*, fols. 97-97v.

²⁵ Jesus Ernesto Martínez Ferrando, *Tragedia del insigne Condestable Don Pedro de Portugal*, Madrid, 1942, pp. 126 e 172.

²⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fol. 146 v.

²⁷ Idem, *Ibidem*, livro 31, fols. 92-93.

²⁸ Jesus Ernesto Martínez Ferrando, *Caballeros portugueses...*, p. 119. Luís Adão da Fonseca não menciona na sua lista nominativa (*ob. cit.*).

²⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fol. 147.

De facto seu pai Fernão Vaz de Sequeira era cavaleiro da casa do infante D. Pedro e governador da casa do Condestável. Sabe-se que acompanhou a D. Pedro durante o seu curto reinado catalão³⁰.

De entre os cavaleiros-fidalgos pertencentes à casa de D. Pedro distinguem-se vários. Antentemos em alguns. Um deles é *Alvaro do Campo*. Pertencente à ordem de Avis, fez preito e menagem ao Condestável, em 11 de Junho de 1463, na sua qualidade de alcaide do castelo de Alandroal³¹.

D. Afonso V em 19 de Julho do mesmo ano doou-lhe um quinto de um casal de pão, vinho e azeite, localizado no reguengo de Alcanhães, no termo de Santarém, que pertenceu a seu sogro Nuno Martins³².

Uma carta régia de 17 de Abril de 1465 mostra-nos que este fidalgo deixou de ser alcaide do castelo de Alandroal, tendo sido substituído por Lopo Vaz, cavaleiro da casa de D. Afonso V e colação de sua falecida mulher, a rainha D. Isabel. O monarca tendo em atenção os serviços que vinha prestando na Catalunha a seu primo, o rei D. Pedro concedeu-lhe uma tença anual de quinze mil reais brancos³³.

Regressado a Portugal prestou serviço a D. Afonso V na sua campanha militar de Castela. O soberano recompensou-o em 5 de Outubro de 1476, com a tença anual de seis mil reais brancos³⁴.

No ano precedente, em 23 de Outubro, foi contemplado pela potestade régia, em reconhecimento de serviços prestados em África e Castela, com a doação do quinto duma adega que este fidalgo possuía em Cinco Outeiros, no termo de Santarém, concessão que seria transmissível a seu filho primogénito³⁵.

Alcançou sucessivas confirmações de D. João II em 28 de Outubro de 1486 e em 28 de Novembro do ano seguinte³⁶. De particular interesse é a carta do rei D. Manuel de 9 de Maio de 1497, em que confirma diplomas dos seus antecessores, em que menciona que encontrando-se D. Afonso V em Toro, logo a seguir à batalha com os Reis Católicos fez doação a Alvaro do Campo, por falecimento de seu pai Fernão Rodrigues, dos paços e da alcaidaria da vila de Erra, com seu senhorio e jurisdição civil e criminal, de juro e herdade, com ressalva da correição e das alçadas³⁷.

Outro cavaleiro-fidalgo da casa de D. Pedro é *Diogo Raposo*, o qual exerceu as funções de capitão geral dos lugares de Llobregat, situados nas proximidades de Barcelona³⁸.

³⁰ Luís Adão da Fonseca, ob. cit., p. 354.

³¹ A.N.T.T., *Ordem de Avis*, nº 704, fol. 5 v.

³² A.N.T.T., *Livro 10 de Estremadura*, fol. 242.

³³ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fol. 46 v.

³⁴ A.N.T.T., *Ibidem*, livro 30, fol. 22.

³⁵ A.N.T.T., *Livro 10 de Estremadura*, fols. 231-231v.

³⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 19, fol. 5 v.

³⁷ A.N.T.T., *Livro 1 de Odiãna*, fols. 269-270.

³⁸ Jesus Ernesto Martínez Ferrando, *Caballeros portugueses...*, p. 121.

Antes da sua partida para a Catalunha aparece-nos como escudeiro da casa do Condestável. Como membro do mestrado de Avis desempenha o cargo de alcaide do castelo de Veiros³⁹.

Numa carta de 11 de Abril de 1464 o Condestável determina que lhe seja entregue a quantia de 100 florins de ouro⁴⁰. Noutra do rei dos catalães de 12 de Setembro de 1465, dirigida a sua irmã D. Filipa, aparece-nos este fidalgo como pessoa da sua inteira confiança, competindo-lhe tratar junto dessa infanta dumas rendas que D. Pedro possuía em Portugal⁴¹.

Fernão Gil era cavaleiro e vedor da casa do Condestável D. Pedro, tendo-o representado na homenagem prestada ao príncipe herdeiro D. João, ocorrida em 25 de Junho de 1455⁴².

Acompanhou D. Pedro desde a sua chegada a Barcelona em 21 de Janeiro de 1464. Mas muito pouco tempo sobreviveu, tendo falecido em solo catalão. D. Pedro em benefício de seus filhos Diogo Fernandes, João Fernandes, Jorge Fernandes e Rui Fernandes, tendo em atenção os serviços que o pai lhe prestou, concede-lhes por carta de 20 de Abril a tença anual de 6.000 reais brancos, pagos a partir das rendas e direitos que o Condestável possuía na vila de Buarcos⁴³.

Por sua vez *Francisco de Brito*, cavaleiro-fidalgo da casa do Condestável D. Pedro aparece-nos mencionado numa carta de 17 de Outubro de 1465 como o tendo acompanhado nos reinos de Portugal, Castela e nas partes da Catalunha. Em atenção aos seus relevantes serviços foi-lhe outorgada a tença anual de dez mil reais brancos⁴⁴.

Rodrigo Sampaio era um cavaleiro-fidalgo da casa do Condestável D. Pedro. Filho de Amadis Vasques de Sampaio, cavaleiro e dispenseiro da casa do rei D. Duarte, recebeu da coroa a tença anual de cinco mil reais brancos para poder concretizar os seus estudos universitários⁴⁵.

As primeiras informações que se alcançam a seu respeito dão-nos em Marrocos ao serviço do infante D. Fernando⁴⁶. Sabe-se que mais tarde teve na Catalunha uma acção preponderante ao lado do Condestável D. Pedro⁴⁷.

³⁹ A.N.T.T., *Ordem de Avis*, nº 704, fol. 4.

⁴⁰ Archivo de la Corona de Aragon (A.C.A.), *Pecunia*, livro 1, fol. 62v.

⁴¹ Idem, *Diversorum*, livro 2, fols. 5v-6.

⁴² Luís Adão da Fonseca, *ob. cit.*, p. 339.

⁴³ A.C.A. *Reg. Diversorum*, vol. 2 fol. 42 v. Documento por mim publicado em *Algumas mercês concedidas pelo Condestável D. Pedro...*, p. 25.

⁴⁴ A.C.A. *Reg. Diversorum*, vol. 4 fol. 14. Documento por mim publicado em *Algumas mercês concedidas pelo Condestável D. Pedro...*, p. 27.

⁴⁵ Humberto Baquero Moreno, *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo separata da revista de «Ciências do Homem»*, vol. III, Lourenço Marques, 1970, p. 30.

⁴⁶ Gomes Eanes Zurara, *Chronica do Conde D. Duarte de Menezes* in «Collecção de Inéditos de História Portuguesa», tomo III, Lisboa, 1793, cap. CVII, p. 242.

⁴⁷ Jesus Ernesto Martínez Ferrando, *Caballeros portugueses...*, p. 111-115.

De regresso a Portugal foi integrado na casa do príncipe D. João. O rei D. Afonso V, por carta de 13 de Fevereiro de 1475, doou-lhe a tença anual de dez mil reais brancos⁴⁸.

Pero de Sousa, cavaleiro e vedor da casa do Condestável D. Pedro⁴⁹, continuou a exercer as mesmas funções quando se deslocou para a Catalunha no desempenho desse cargo⁵⁰.

Regressado a Portugal passou a pertencer à casa de D. Afonso V, em cujas campanhas militares em Castela teve participação activa. Como recompensa obteve, por carta régia de 12 de Outubro de 1476, a tença anual de quarenta e oito mil reais brancos⁵¹.

De seguida deparamos com um grupo de quatro cavaleiros, todos eles pertencentes à casa de D. Pedro e seus seguidores na Catalunha.

Um deles *Alvaro Anes* surge-nos mencionado na chancelaria de D. Pedro, quando este rei governou aquele reino⁵². Dada a circunstância de existirem diversos homónimos interrogamo-nos se se tratará do mesmo cavaleiro que exerceu as funções de alcaide no castelo de Fronteira. Esta fortaleza fazia parte integrante do mestrado de Avis⁵³.

Temos conhecimento que D. Afonso V, em 23 de Abril de 1459, outorgou a seu pedido uma carta de privilégio em benefício de Fernão Lourenço, residente em Avis, mediante a qual o contemplado era isento do pagamento de impostos e de conceder hospedagem em sua residência⁵⁴.

Com toda a probabilidade este cavaleiro de D. Pedro deverá identificar-se com aquele que em Alfarrobeira combateu ao lado do pai do rei dos catalães. Na sequência da derrota sofrida os seus bens foram confiscados através da carta régia de 23 de Novembro de 1449⁵⁵.

Em 23 de Agosto de 1462 foi nomeado por D. Afonso V, a pedido do mestre de Avis, tabelião do cível e do crime em Ponte de Soure, em substituição de Gonçalo Álvares, morador em Abrantes, o qual havia renunciado a esse ofício⁵⁶.

Acompanhou o rei D. Pedro na Catalunha, onde aparece referido como cavaleiro da sua casa e «uiger darne» real⁵⁷.

Diversos documentos coevos referem a *Rui Vaz* como cavaleiro e escrivão da puridade do Condestável D. Pedro⁵⁸. Nessa qualidade acompanhou o filho do

⁴⁸ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fols. 92-93.

⁴⁹ A.N.T.T., *Ordem de Avis*, nº 704, fol. 7.

⁵⁰ A.C.A., *Pecuniae*, livro 2, fol. 149 v.

⁵¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fol. 2.

⁵² A.C.A., *Pecuniae*, livro 1, fol. 2.

⁵³ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fol. 185.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵⁵ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira...*, p. 589.

⁵⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fol. 124v.

⁵⁷ A.C.A., *Pecuniae*, livro 2, fol. 228.

⁵⁸ A.N.T.T., *Ordem de Avis*, nº 704, fols. 4 e 5.

duque de Coimbra à Catalunha, tendo-lhe pertencido em fins de Fevereiro de 1464 a missão de negociar em Castela o casamento de D. Pedro com Isabel a Católica, o que não resultou. Além disso foi incumbido de recrutar homens de armas portugueses que andassem disseminados por Castela e que se mostrassem dispostos a incorporar as fileiras reais na Catalunha⁵⁹.

Logo a seguir à morte de D. Pedro regressou a Portugal. Passou a pertencer à casa de D. Afonso V, sendo seu cavaleiro e participando na guerra contra Castela. O monarca, em 31 de Agosto de 1475, fez-lhe doação de oito mil reais brancos, alegando para o efeito os relevantes serviços que lhe prestara em Portugal, África e Castela⁶⁰. Alguns meses mais tarde, nova carta real, concedida em 26 de Setembro desse ano, passou a conceder-lhe a quantia de dez mil reais brancos⁶¹.

De entre os partidários de D. Pedro encontramos numerosos escudeiros-fidalgos. Um deles é *João Alvernaz*. Apesar de não merecer qualquer referência da parte de Martínez Ferrando, julgo tratar-se de um dos companheiros do Condestável a cuja casa pertencia. Uma carta de D. Afonso V, de 30 de Março de 1465, revela-nos que este residente em Faro se encontrava casado com uma filha de Fernão Barreto, criado do conde D. Pedro de Meneses, ao qual lhe aprazia deixar a seu genro uma tença anual que recebia da coroa no valor de 5.174 reais brancos, que lhe foi concedido pelo monarca com início em 1465⁶².

Um outro escudeiro-fidalgo ligado à casa do infante D. Pedro era *Fernão Lopes Lagarto*, residente em Guimarães. Participou na expedição a Tanger, no ano de 1437, tendo sido gravemente ferido. Anos depois integrou uma embaixada a Roma dirigida pelo prior de Guimarães, Rui da Cunha. A mesma destinava-se a obter a dispensa papal que legitimava o matrimónio realizado entre o rei D. Afonso V e a infanta D. Isabel. Participa em 1445 na expedição de auxílio a D. Álvaro de Luna, comandada pelo Condestável D. Pedro. Toma parte na expedição dirigida por D. Afonso V que em Outubro de 1458 ocupou a praça marroquina de Alcaccer-Ceguer. Seguidamente acompanhou D. Pedro até à Catalunha, onde disfruta da sua máxima estima na medida em que todos os seus filhos são moços da câmara real. A morte prematura de D. Pedro faz com que este fidalgo regresse a Guimarães, onde exerce as funções de escrivão dos feitos das sisas⁶³.

Desenvolve a sua actividade até 19 de Abril de 1487, altura em que renuncia ao seu ofício em favor de seu filho, o escudeiro-fidalgo Alvaro Lagarto Aranha⁶⁴.

⁵⁹ Jesus Ernesto Martínez Ferrando, *Caballeros portugueses...*, p.118-119.

⁶⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fol. 58v.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, livro 7, fol. 76v.

⁶² Idem, *Ibidem*, livro 28, fol. 3.

⁶³ Humberto Baquero Moreno, *Uma família vimaranense do século XV: os Lagartos*, in revista da Universidade de Coimbra, vol. XXII, Coimbra, 1973, p. 321.

⁶⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 20, fol.16. Publicado por Humberto Baquero Moreno, *Uma família vimaranense*, p. 322.

A par dos fidalgos, cavaleiros-fidalgos, cavaleiros e escudeiros fidalgos aparecem-nos diversos escudeiros, cuja identificação nem sempre resulta fácil de realizar dada a circunstância de existirem diversos homónimos, quando não nos próprios registos da chancelaria dos reis intrusos as grafias onomásticas dos portugueses apresentam algumas distorções.

Referiremos a título de exemplificação um grupo de escudeiros perfeitamente identificáveis, com a particularidade de possuírem essa categoria social e serem em boa parte criados do Condestável.

Um deles é *Diogo Afonso*, que não aparece referido por Martinez Ferrando entre os companheiros de D. Pedro que se deslocaram à Catalunha. Residente em Torre de Moncorvo a seu respeito temos um diploma régio de 27 de Outubro de 1464 em que lhe é concedida isenção de impostos e da obrigação de conceder hospedagem em sua casa «porquanto viue com Dom Pedro meu muito prezado e amado primo»⁶⁵. Poucos dias depois, em 30 de Outubro, foi nomeado requeredor das sisas da mencionada localidade⁶⁶.

Mendo Afonso esteve com D. Pedro na Catalunha, onde é designado como seu criado e bacharel⁶⁷. Outro escudeiro do Condestável é *Pedro Afonso*⁶⁸. Ainda outros criados que se detectam na Catalunha são *João de Aguiar e Pedro de Aguiar*, este último em Novembro de 1465 enviado a Portugal⁶⁹.

João de Albuquerque esteve na Catalunha integrado na companhia de Fernando da Silva⁷⁰. Luis Alvares aparece-nos mencionado como homem de Pedro de Mendonça, ao serviço do Condestável⁷¹.

Soeiro da Costa, filho de Afonso da Costa, residente em Lagos, pouco antes da sua partida para a Catalunha, alcançou em 16 de Dezembro de 1463 os bens móveis e de raiz de Gonçalo Grumete que apresara uma caravela portuguesa e praticara um crime de morte⁷².

Em Barcelona durante o governo de D. Pedro é-lhe confiada uma caravela com o intuito de libertar a Fernando Eanes, lugar tenente da tesouraria real, que se encontrava prisioneiro⁷³.

A missão resultou plenamente. Em Portugal tornou a residir em Lagos. D. Afonso V, por carta de 15 de Março de 1471 outorga a este cavaleiro ao serviço de sua casa a tença anual de cinco mil reais brancos⁷⁴.

⁶⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fol. 177.

⁶⁶ Idem, *Ibidem*.

⁶⁷ Luís Adão da Fonseca, *ob. cit.*, p. 324.

⁶⁸ Idem, *Ibidem*.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 325.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 327.

⁷² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fol. 1.

⁷³ Luís Adão da Fonseca, *Navegacion y Corso en el Mediterraneo Occidental*, Pamplona, 1978, p. 60.

⁷⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, fol. 46.

O conhecimento de que *Vasco Dias* esteve na Catalunha sabe-se através duma carta de perdão que lhe foi outorgada por D. João II em 25 de Abril de 1484. O documento em apreço mostra-nos que este morador em Torre de Moncorvo fora condenado por se haver dedicado à passagem clandestina de gado para Castela através do referido porto. Na referida carta faz-se menção que estivera na Catalunha com D. Pedro e após a sua morta retornara ao reino de Portugal⁷⁵.

Embora existam diversos homónimos com o nome de *Alvaro Fernandes*, um deles trata-se do tesoureiro pertencente à armada de Rodrigo Sampaio que se encontrava ao serviço do Condestável⁷⁶. Trata-se dum funcionário que em 19 de Junho de 1462 foi nomeado tabelião do cível e do crime na vila de Abrantes, em substituição de seu sogro Fernão Camelo que se havia demitido⁷⁷.

Escudeiro e criado do infante D. Pedro, duque de Coimbra, *Lopo da Fonseca* combateu na batalha de Alfarrobeira. D. Afonso V confiscou-lhe os seus bens em 17 de Junho de 1450, os quais foram doados a seu irmão Diogo da Fonseca, bacharel em leis⁷⁸. Colocou-se ao serviço do Condestável, com quem partiu para Castela e mais tarde para a Catalunha. Um diploma do rei dos catalães estipula, em 5 de Junho de 1464, que este escudeiro seja investido nas funções de alcaide do castelo de Cubelles e doutras fortalezas conquistadas ao adversário⁷⁹.

Lopo Matela esteve com D. Pedro na Catalunha, onde é referido como criado e familiar real⁸⁰.

Regressado a Portugal, após a morte de D. Pedro, foi nomeado em 12 de Setembro de 1466 vedor dos vassallos da vila de Alandroal, em substituição do falecido Fernão Barbosa⁸¹.

Outro dos companheiros de D. Pedro na Catalunha foi *Fernão Vaz de Penela*. O Condestável por carta de 18 de Setembro de 1465 fez mercê a este seu criado e escudeiro do ofício de alcaide da vila do Rabaçal, em recompensa dos serviços prestados e dos que esperava receber, com direito à percepção de todas as rendas pertencentes ao desempenho desse cargo⁸².

João Rodrigues, é um escudeiro do Condestável, filho de Fernão Rodrigues, escrivão das sisas em Santarém, o qual lutou ao lado do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, tendo sido indultado por D. Afonso V em 2 de Junho de 1451⁸³.

Estando ao serviço da casa do Condestável foi nomeado, por carta de 3 de Fevereiro de 1462, juiz das sisas da vila de Oeiras tendo partido a seguir para a Catalunha⁸⁴.

⁷⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 23, fol. 41.

⁷⁶ Luís Adão da Fonseca, *O Condestável D. Pedro*, p. 337.

⁷⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fol. 31.

⁷⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fol. 30.

⁷⁹ A.C.A. *Exercitum*, livro 1, fol. 74v.

⁸⁰ Luís Adão da Fonseca, *ob. cit.*, p. 345.

⁸¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fol. 114v.

⁸² A.C.A. Reg. Comunes, vol. 4, fol. 7. Documento por mim publicado em *Algumas mercês concedidas pelo Condestável D. Pedro*, p. 29.

⁸³ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira...*, p. 449.

⁸⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fol. 124v.

Não obstante Martinez Ferrando não nos oferecer qualquer dado referente a *Fernão Vaz*, temos indicação da sua existência através de um documento da chancelaria de D. João II. Em 30 de Dezembro de 1482 este monarca nomeou este escudeiro de seu tio D. Pedro, para as funções de escrivão das sisas da vila de Loulé, cargo que já desempenhava durante o reinado de D. Afonso V na sequência do seu regresso da Catalunha⁸⁵.

A este grupo de escudeiros do Condestável poderíamos acrescentar outras dezenas de indivíduos. Na maior parte dos casos apenas temos conhecimento da sua passagem pela Catalunha. Nem sempre contudo resulta clara a sua nacionalidade de origem, dada a similitude entre a onomástica portuguesa e castelhana.

A amostragem apresentada no que respeita à participação portuguesa na Catalunha permite-nos tirar algumas ilações. Convém frisar antes de mais que foi muito reduzido o contingente de fidalgos portugueses que assumiram o risco de apostarem na causa de D. Pedro. Apesar dos esforços por este realizados no sentido de os atrair à sua causa. Mais do que dedicação às casas a que pertenciam, o comportamento da nobreza portuguesa pautava-se por interesses materiais, os quais não abundavam no património do Condestável, bastante afectado pelas consequências de Alfarrobeira. A análise do epistolário de D. Pedro revela-nos que umas das suas principais preocupações consistia em aliciar pessoas da sua confiança que pudessem servir a sua causa com inteira devoção. Perante as dificuldades de relacionamento com diversos fidalgos catalães, o Condestável optava por apoiar-se nos portugueses, cuja presença com base nas estimativas de Martinez Ferrando não ia além de meio milhar de homens. Onde D. Pedro encontrou uma relativa disponibilidade foi nos quadros intermédios da nobreza, sobretudo ao nível de cavaleiros e escudeiros. Não tardaria que entrassem em rota de colisão com os catalães, num incontornável conflitar de interesses de conciliação impossível. Foi graças em particular à adesão dos quadros que integravam a sua casa que D. Pedro pôde disponibilizar alguns recursos no apoio militar que lhe foi concedido. A doutrina expressa por Martinez Ferrando de que o Condestável teria obtido um apoio significativo de partidários do regente D. Pedro em Alfarrobeira obriga a uma revisão que deve ser feita com algumas restrições. A maioria dos companheiros do Condestável em terras catalãs provém sobretudo do mestrado de Avis cuja participação em Alfarrobeira foi bastante modesta face à conjuntura vivida alguns dias precedentes ao acontecimento em observância. Antes de Alfarrobeira uma boa parte desses homens optaram por se internar em Castela, regressando alguns anos mais tarde. Foi sobretudo com base nos antigos exilados em Castela que D. Pedro pôde disponibilizar recursos na sua empresa catalã, onde sofreu vários insucessos em função dos objectivos pretendidos.

⁸⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 6, fol. 43v.